

NEWSLETTER DIGESTO N.º 24/2017

Disponibilização: 4 de dezembro de 2017

Período abrangido: 20 a 30 de novembro de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura, Agropecuária e Florestas
 - Pescas
 - Veterinária
2. Ambiente
3. Cultura
4. Finanças
 - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
5. Justiça
6. Mar
7. Negócios Estrangeiros
8. Portugal 2020
9. Regiões Autónomas
 - Açores
10. Saúde
11. Solidariedade e Segurança Social
12. Transportes

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E FLORESTAS

[Despacho n.º 9973-B/2017, de 17 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina a prorrogação até 23 de novembro do período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, para o ano de 2017, por força das circunstâncias meteorológicas excepcionais.

[Despacho n.º 10017-B/2017, de 20 de novembro](#)

(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Concede um apoio aos agricultores que sofreram prejuízos nos ativos fixos tangíveis e ativos biológicos das suas explorações, na sequência dos incêndios deflagrados no passado dia 15 de outubro, localizadas nos municípios constantes do anexo ao Despacho n.º 9896-B/2017, de 15 de novembro.

[Portaria n.º 359-B/2017, de 21 de novembro](#)

(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Cria uma linha de crédito garantida destinada a apoiar necessidades de tesouraria, dirigida aos operadores das fileiras silvo-industriais, que adquiram madeira queimada de resinosas proveniente das regiões mais afetadas pelos incêndios florestais de 2017 constantes do anexo I à presente portaria, denominada «Linha de crédito garantida para comercialização de madeira queimada de resinosas».

[Despacho n.º 10137/2017, de 22 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Estabelece um mecanismo de apoio, sob coordenação do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, para a compra e entrega de alimentação animal nas regiões devastadas pelos incêndios ocorridos nos dias 15 e 16 de outubro de 2017.

[Portaria n.º 364/2017, de 29 novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Determina que não há lugar ao pagamento de taxa no âmbito do pedido e instrução do processo para segunda via de emissão dos cartões de acesso ao abastecimento de gasóleo colorido e marcado, ou sua operacionalização, por motivo de extravio, no caso de beneficiários cujas explorações se localizem nos Municípios de Abrantes, Alijó, Arganil, Aveiro, Cantanhede, Carregal do Sal, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Paiva, Castro Daire, Covilhã, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Freixo de Espada à Cinta, Fundão, Gavião, Góis, Gouveia, Guarda, Lousã, Mação, Mangualde, Marinha Grande, Mira, Monção, Mortágua, Nelas, Nisa, Oleiros, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela, Proença-a-Nova, Resende, Ribeira de Pena, Santa Comba Dão, Sardoal, Seia, Sertã, Tábua, Tondela, Torre de Moncorvo, Trancoso, Vagos, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares e Vouzela.

[Despacho n.º 10404/2017, de 29 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Indica as regiões elegíveis para efeitos de aplicação do critério constante do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135-C/2017, de 3 de novembro, que criou a «Linha de crédito garantida para parqueamento de madeira queimada de resinosas».

- **PESCAS**

[Portaria n.º 360/2017, de 22 de novembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece as condições de exercício da pesca nas águas interiores, definindo as espécies cuja pesca lúdica, desportiva e profissional é permitida, quais as espécies que são de devolução obrigatória e devolução proibida, quais os períodos de pesca autorizados para cada espécie e respetivas dimensões de captura, quais as espécies suscetíveis de serem autorizadas na realização de largadas e bem assim as espécies aquícolas consideradas de relevante importância.

[Portaria n.º 363/2017, de 28 de novembro](#)
(Mar)

Determina e aprova os regimes de apoio à cessação temporária das atividades de pesca com recurso a artes de cerco e de interdição do exercício da pesca pelas embarcações licenciadas para operar com artes de cerco na zona 9 definida pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM).

- **VETERINÁRIA**

[Despacho n.º 10138/2017, de 22 de novembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Determina a suspensão até ao final do corrente ano, nas freguesias dos concelhos elencadas em anexo, da cobrança de preços pelos serviços prestados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, relativos à identificação e registo animal, cujos preços se encontrem fixados no Despacho n.º 5165-A/2017, de 2 de junho.

2. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro (Ambiente)

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa, bem como dos regulamentos de desenvolvimento, do Regulamento (CE) n.º 1493/2007, da Comissão, de 17 de dezembro de 2007, do Regulamento (CE) n.º 1497/2007, da Comissão, de 18 de dezembro de 2007, do Regulamento (CE) n.º 1516/2007, da Comissão, de 19 de dezembro de 2007, do Regulamento (CE) n.º 304/2008, da Comissão, de 2 de abril de 2008, do Regulamento (CE) n.º 306/2008, da Comissão, de 2 de abril de 2008, do Regulamento (CE) n.º 307/2008, da Comissão, de 2 de abril de 2008, do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2066, da Comissão, de 17 de novembro de 2015, do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2067, da Comissão, de 17 de novembro de 2015, e do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2068, da Comissão, de 17 de novembro de 2015.

Altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de agosto, que regulamenta as operações de recuperação para reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono contidas em equipamentos de refrigeração e de ar condicionado, bombas de calor, sistemas de proteção contra incêndios e extintores e equipamentos que contenham solventes, bem como as operações de manutenção e assistência desses equipamentos e os requisitos de qualificações mínimas do pessoal envolvido naquelas operações, assim como discrimina as obrigações dos proprietários e ou detentores, dos técnicos qualificados e dos operadores de gestão de resíduos dos referidos equipamentos, e procede à aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

3. CULTURA

Despacho n.º 10393/2017, 29 de novembro (Cultura - Gabinete do Ministro)

Aprova o Regulamento do Prémio Design de Livro, que consta em anexo; o Prémio tem como objetivo valorizar áreas de criação diretamente ligadas à produção do objeto livro, como o design, a qualidade de impressão e do acabamento, a conceção gráfica e a escolha e emprego de materiais, e é atribuído pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

4. FINANÇAS

- BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

[Lei n.º 109/2017, de 24 de novembro](#) (Assembleia da República)

Altera (quadragésima quinta alteração) o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, no sentido de garantir a redução de potenciais conflitos de interesse e reforçar os critérios de avaliação da idoneidade.

5. JUSTIÇA

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2017, de 21 de novembro](#) (Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: «As declarações para memória futura, prestadas nos termos do artigo 271.º do Código de Processo Penal, não têm de ser obrigatoriamente lidas em audiência de julgamento para que possam ser tomadas em conta e constituir prova validamente utilizável para a formação da convicção do tribunal, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 355.º e 356.º, n.º 2, alínea a), do mesmo Código.».

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2017, de 28 de novembro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Estende a aplicação do mecanismo extrajudicial, de adesão voluntária, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-C/2017, de 27 de outubro, aos feridos graves vítimas dos incêndios ocorridos em Portugal Continental nos dias 17 a 24 de junho e 15 a 16 de outubro de 2017.

6. MAR

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2017, de 24 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Constitui e estabelece as condições de funcionamento da Comissão Instaladora do Observatório do Atlântico, que tem por missão definir as medidas e os instrumentos necessários à criação, instalação e operacionalização do Observatório do Atlântico.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017, de 24 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Estratégia Industrial e o Plano de Ação para as Energias Renováveis Oceânicas (EI-ERO).

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026, enquanto programa estratégico de apoio à dinamização da atividade portuária e à simplificação administrativa, com o objetivo de contribuir para a retoma do investimento, para a redução dos custos de contexto e para o relançamento da economia, transformando o potencial existente em crescimento económico e emprego reais.

7. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 13778/2017, de 20 de novembro](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Torna públicas as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de dezembro de 2017.

[Despacho n.º 10450/2017, de 30 de novembro](#)

(Negócios Estrangeiros e Finanças - Gabinetes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças)

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Gent, na Bélgica, dependente da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bruxelas e com jurisdição sobre a Província da Flandres Oriental.

8. PORTUGAL 2020

[Portaria n.º 360-A/2017, de 23 de novembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera (quinta alteração) o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.

9. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2017/A, de 21 de novembro](#)

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Desenvolve o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, proteção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis, existentes na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, estabelecendo as normas específicas de proteção e valorização do património cultural imóvel que se aplicam ao Lugar do Aeroporto de Santa Maria, conforme delimitação estabelecida no âmbito da classificação como de interesse público.

10. SAÚDE

[Portaria n.º 359/2017, de 20 de novembro](#)
(Saúde)

Define os países de referência, a considerar em 2018, para a autorização dos preços dos novos medicamentos e para efeitos de revisão anual de preços dos medicamentos do mercado hospitalar e do mercado de ambulatório, bem como mantém, para o mesmo ano, o critério excepcional a aplicar no regime de revisão de preços.

[Despacho n.º 10285/2017, de 27 de novembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) deverá assegurar a realização de vigilância laboratorial da qualidade da água, para pesquisa e identificação da Legionella, em todas as unidades de prestação de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no âmbito da execução do Programa de Intervenção Operacional de Prevenção Ambiental de Legionella.

[Despacho n.º 10286/2017, de 27 de novembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que devem ser registados em sistema informático todos os atos de requisição clínica, distribuição aos serviços e administração aos doentes de todos os medicamentos derivados do plasma humano, utilizados nos estabelecimentos hospitalares de saúde públicos.

11. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Lei n.º 108/2017, de 23 de novembro](#) (Assembleia da República)

Estabelece medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos entre 17 e 24 de junho de 2017, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, bem como medidas urgentes de reforço da prevenção e combate a incêndios florestais.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2017, de 28 de novembro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Atribui um financiamento excecional ao Fundo REVITA (fundo de apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, nos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande).

[Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro](#) (Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário, e altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 240/2015, de 14 de outubro, que estabelece o regime legal da transmissão dos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I. P., e respetivos apartamentos de autonomização, para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

12. TRANSPORTES

[Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro](#)

(Finanças, Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas e Ambiente)

Procede à criação e regulamentação do Fundo para o Serviço Público de Transportes, que se destina a auxiliar o financiamento das autoridades de transportes.

[Decreto-Lei n.º 144/2017, de 29 de novembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas)

Estabelece os requisitos mínimos do regime de inspeção técnica na estrada de veículos comerciais em circulação, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/47/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, que aprova o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/45/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Decreto-Lei n.º 144/2017, de 29 de novembro](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Estabelece os requisitos mínimos do regime de inspeção técnica na estrada de veículos comerciais em circulação, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/47/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, que aprova o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/45/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão